Condições de Vida, Território e Convivência Social

Miguel Carter, Carlos Cardoso e Nafiou Inoussa

Vozes do Povo: Sociedade, política e opinião pública na Guiné-Bissau
Miguel Carter e Carlos Cardoso, organizadores
Bissau: DEMOS, 2021.
Primeira impressão, janeiro 2024.

© 2021 União Europeia. Todos os direitos reservados.
Esta publicação foi produzida com o apoio financeiro da União Europeia. O seu conteúdo é da exclusiva responsabilidade dos autores e não reflete necessariamente a posição da União Europeia.

8

Condições de Vida, Território e Convivência Social

Miguel Carter, Carlos Cardoso e Nafiou Inoussa

A Guiné-Bissau é um dos países mais pobres, menos desenvolvidos e mais desiguais do mundo. Estas caraterísticas derivam do seu passado colonial, do impacto da longa guerra de libertação nacional, e, após a independência, da instabilidade política, má governação, e dos erros na condução económica. Ao longo de todo este tempo, a Guiné-Bissau manteve um modelo de desenvolvimento extrativo, voltado para a exportação de produtos primários, sobretudo agrícolas. A sociedade guineense contemporânea é fruto deste e outros processos históricos, ressaltados no capítulo anterior de Toby Green.

Este texto visa aprofundar a compreensão da sociedade guineense a partir de três eixos: as condições de vida da população, a dinâmica territorial e a capacidade de convivência social. Utilizamos os dados da pesquisa Vozes do Povo para produzir informações inéditas sobre o país, com base no Relatório de Mineração e Análise de Dados, preparado por Miguel Carter, com apoio de Nafiou Inoussa. Antes, oferecemos uma revisão contextual do desenvolvimento da Guiné-Bissau.

A análise principal salienta três argumentos relacionados com a economia política e seu impacto no desenvolvimento social e territorial do país. Nas atuais circunstâncias, as condições de vida do povo guineense e as possibilidades de alcançar o bem-estar material estão associadas ao acesso à educação, ao emprego mais qualificado, e às remessas do exterior. No âmbito territorial, a independência de Portugal consolidou o processo de concentração do poder, da riqueza e dos recursos educativos em Bissau, em detrimento do interior do país.

A convivência social na Guiné-Bissau é fruto de uma longa e rica tradição camponesa, em processo de mudança com a crescente urbanização do país, focada na capital. Esta transformação teve um grande impacto na configuração do campo religioso, engendrando ao mesmo tempo traços de uma sociabilidade diferenciada. Comparada com o meio rural, a convivência social em Bissau é mais apreensiva, porém mais propensa a adotar um etos igualitário e aberto aos valores modernos. A pobreza económica da nação e a frustração generalizada com seu rumo explicam a alta disposição entre os guineenses de emigrar para outro país.

Para compreender este quadro é necessário situá-lo no contexto histórico e económico. A economia política baseada na extração de produtos primários, sob um Estado marcado por práticas patrimoniais e clientelistas, acentuou a concentração da riqueza na capital do país. Isto responde à demanda política e necessidade de sustentar a máquina do Estado, seus dirigentes e funcionários. Este modelo de desenvolvimento, baseado em elementos da "acumulação primitiva" do capital, nos termos de Karl Marx, tem marginalizado a população camponesa, responsável pela geração da maior parte deste património.[1]

[1] Karl Marx (1977). David Harvey (2003) atualiza o conceito de Marx no seu estudo sobre a "acumulação por espoliação", e o aplica à era contemporânea, sob forte influência das políticas económicas neoliberais.

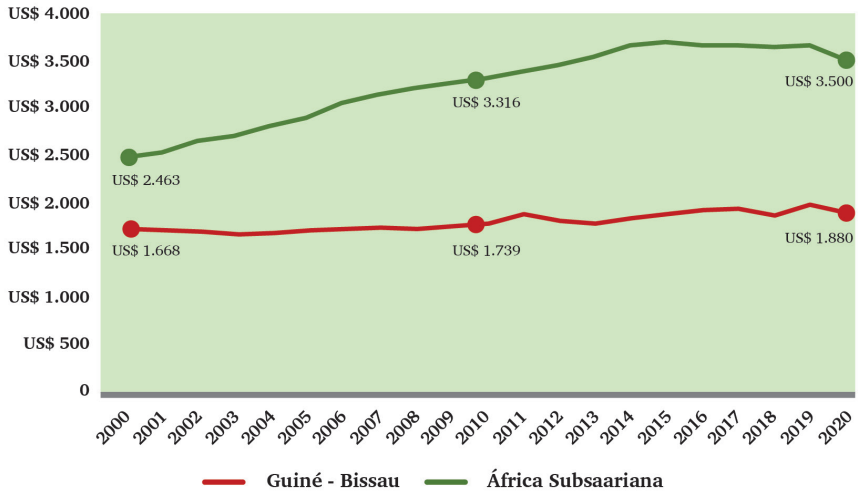
Contexto

A pobreza económica da Guiné-Bissau e da sua população é de longa data, e constatada em diversas medições internacionais. Em 2019, o Índice de Desenvolvimento Humano do PNUD classificou-a na 175ª posição entre 189 países e territórios, no mesmo nível que o Congo (RDC) e a Libéria. Este índice combina três variáveis: a longevidade da população, o acesso à educação e o rendimento per capita. A tendência na última década foi de uma leve melhoria na situação do país, com um aumento de 10% do valor deste índice.

O Índice de Progresso Social, criado por professores da Harvard University, e baseado em 53 indicadores sociais e ambientais, situa a Guiné-Bissau na 158ª posição entre 168 países, ao lado de Haiti e Guiné-Conacri. Neste índice, a pior pontuação da Guiné-Bissau deve-se à dificuldade de amplo acesso à água potável e ao saneamento básico, aos serviços de saúde, à internet, e ao estudo universitário.[2]

O Rendimento Nacional Bruto (RNB) per capita, medido em valores constantes, usando o Poder de Paridade de Compra (PPC), mostra que o rendimento médio guineense ficou estagnado ao longo das últimas duas décadas. Em 2000, o rendimento per capita dos guineenses era 32% menor ao rendimento médio da África subsariana. Mas em 2020 passou a ser 46% menor. Isto revela um empobrecimento relativo do povo guineense comparado com o resto da região. Em 2018, segundo o Banco Mundial, quase metade da população (48%) vivia em situação de pobreza.[3]

Rendimento per capita na Guiné-Bissau e África Subsariana, 2000 – 2020



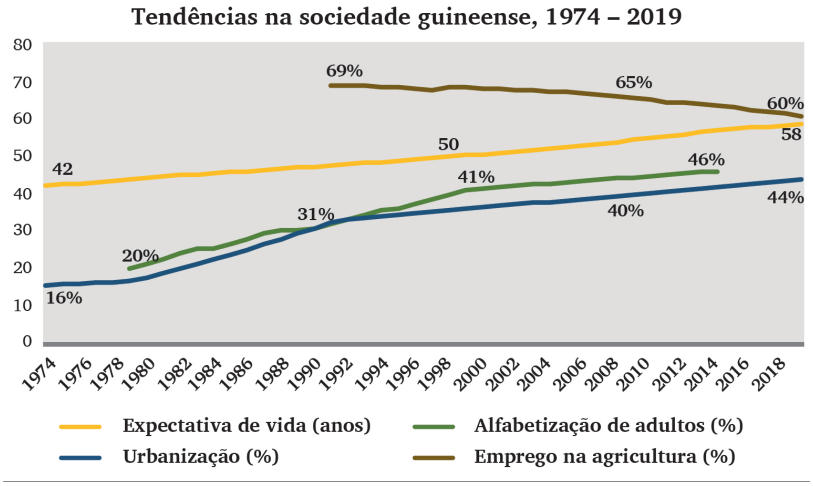
Fonte: World Bank (2021). Rendimento Nacional Bruto per capita, a preço constante (ano 2017) do dólar internacional, usando o Poder de Paridade de Compra.

Em outras dimensões da vida social houve mudanças expressivas, como se pode observar no gráfico seguinte. Entre 1974 e 2019, a expectativa de vida na Guiné-Bissau subiu 16 anos, até alcançar 58,3 anos. Apesar do progresso, o país ficou na 182ª posição entre 189 nações, no oitavo lugar entre os países com menor expectativa de vida do mundo. De 1980 a 2014, houve uma diminuição importante na taxa de analfabetismo, que passou de 80% para 54% da população

2 Social Progress Impact (2021).

3 World Bank (2020).

adulta.[4] No entanto, em 2019, a escolaridade média no país alcançou apenas 3,6 anos, com o qual a Guiné-Bissau ficou situada na 11ª posição entre os países com menor oportunidade de estudo formal, no mesmo patamar de Moçambique e da Serra Leoa.[5]



Fonte: World Bank (2021). **Expectativa de vida**: anos de vida. **Alfabetização de adultos:** Percentagem sobre o total da população com 15 anos ou mais; valores disponíveis só para 1979, 2000 e 2014, os outros valores foram simulados para visualizar a evolução. **Emprego na agricultura:** Percentagem estimada pela Organização Internacional do Trabalho, OIT.

Como em outros países da sub-região, a Guiné-Bissau tem experimentado um acelerado processo de urbanização. Em 1960, 86% da população era rural. Após conquistar a independência nacional, em 1974, 84% do povo residia no campo. Mas a partir da década de 1980 houve um aumento importante da população urbana, que chegou, em 2019, a 44% do total nacional. O eixo central do crescimento urbano se deu em Bissau. De uma cidade de 109.000 habitantes, em 1979, Bissau passou a ter quase 520.000 habitantes, em 2018.[6] Em 40 anos, a capital do país teve um incremento demográfico notável: de 377%.

Ainda assim, a história da sociedade guineense é fundamentalmente a história de um povo camponês. Segundo a OIT, nos inícios da terceira década do século XXI, 60% da mão de obra neste país ainda está envolvida no trabalho agrícola. Na África Ocidental, só Níger, Mali e Guiné-Conacri têm, em termos proporcionais, uma população camponesa maior.[7]

Com a consolidação da colónia portuguesa, nos inícios do século XX, grande parte da produção agrícola esteve voltada para a exportação, na lógica de sustentar o Estado colonial e atender aos interesses da metrópole. Até à década de 1980, as principais exportações agrícolas eram o amendoim, os produtos da palmeira e o algodão. Mas foram substituídos logo pela rápida propagação do cultivo da castanha de caju, realizada por famílias camponesas. Tudo isto veio a cimentar uma política de desenvolvimento orientada desde os tempos coloniais para a produção primária, voltada para a

[4] World Bank (2021). A taxa de analfabetismo reflete a inversão dos valores do indicador para a alfabetização de adultos.

[5] UNDP (2020).

[6] As cifras sobre a população de Bissau em 1979 são do recenseamento nacional, ver Galli e Jones (1987: Basic Data), e as estimativas do ano 2018 são de ONU Habitat (2019: 13).

[7] World Bank (2021).

exportação. Além da castanha de caju, nas últimas décadas, esta política privilegiou a concessão de licenças de pesca e do corte de madeira, exportada sem valor acrescentado.

A campanha em favor da plantação de cajueiros foi fomentada pelo Programa de Ajustamento Estrutural, receitado pelo Banco Mundial e o FMI. Na década de 2010, os cajueiros chegaram a ocupar metade das terras agrícolas, enquanto as suas nozes passaram a constituir 90% das exportações do país, e representar 10% do PIB nacional.[8] Entre 2014 e 2018, a Guiné-Bissau foi o quarto exportador mundial de castanha de caju.[9]

No entanto, a Guiné-Bissau tem importado anualmente 45% dos cereais consumidos pela população, principalmente o arroz, base da dieta alimentar dos guineenses.[10] Esta vulnerabilidade explica a persistência da fome e carência alimentar num segmento expressivo da população. Segundo a pesquisa Vozes do Povo, um quarto da população (24%) manifestou ter muita dificuldade em obter alimentação suficiente para a família.[11]

Além de favorecer a monocultura de exportação, desde o tempo colonial, a economia guineense exibe uma alta informalidade e forte dependência dos recursos financeiros externos. A informalidade nas relações comerciais, financeiras, laborais e na gestão da terra, é de longa data e vinculada a práticas tradicionais, como as feiras populares, os mercadores itinerantes (*djilas*), as associações de ajuda mútua (*mandjuandadi*), e as normas consuetudinárias dos diversos grupos étnicos. Vista a arbitrariedade e porosidade das fronteiras, uma parte substancial do comércio entre a Guiné-Bissau e os países vizinhos continua a ser realizada através de contrabando.[12] A informalidade também inclui práticas ligadas ao narcotráfico. No âmbito laboral, a maior parte dos contratos de trabalho neste país são informais. Não há dados oficiais sobre a informalidade laboral. Mas o inquérito Vozes do Povo revelou que 83% das pessoas economicamente ativas trabalham por conta própria.

A alta dependência em recursos financeiros externos deve-se à exiguidade da economia guineense, limitada poupança nacional, e à pouca capacidade impositiva do Estado. À falta de recursos próprios, sucessivos governos da Guiné-Bissau tiveram que recorrer à cooperação internacional para sustentar as arcas públicas e financiar diversos projetos de desenvolvimento. Por sua vez, parte da população teve que se valer das remessas do exterior para suprir as necessidades familiares. Tudo isto acontece num contexto de baixo investimento do capital estrangeiro, fruto do receio provocado pela imagem de um país com alta instabilidade e corrupção política. O seguinte quadro revela as principais tendências relacionadas com o influxo de recursos externos na Guiné-Bissau, desde 1974.[13]

---

8 Havik (2016: 59), Havik et al. (2018: 11).

9 UNCTAD (2021: 23).

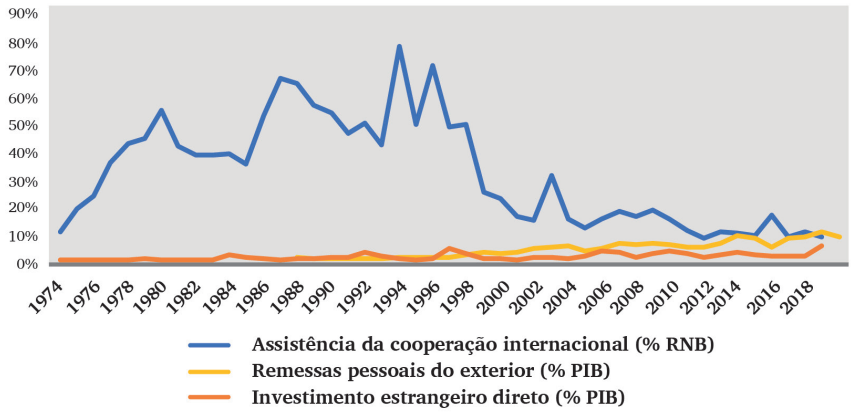
10 FAO (2021).

11 No meio rural, esta carência alimentar atingiu 29% da população em 2018.

12 Sobre a informalidade económica e assiduidade do contrabando, ver Forrest (1992, 2003).

13 As taxas de investimento estrangeiro foram estimadas em 0% para os anos 1974, 1976, 1978, 1980 e 1981, devido à falta de dados. As estatísticas para as remessas pessoais do exterior estão disponíveis só a partir de 1990.

Influxo de recursos externos na economia da Guiné-Bissau, 1974 – 2020



Fonte: World Bank (2021). As percentagens da assistência da cooperação internacional são sobre o Rendimento Bruto Nacional (RNB) e as percentagens das remessas pessoais do exterior e o investimento estrangeiro direto (influxo líquido) são sobre o Produto Interno Bruto (PIB).

A pobreza e o subdesenvolvimento são fruto de uma construção histórica, pautada, no início, pela experiência colonial, período no qual a Guiné-Bissau foi considerada uma colónia atrasada do império português. À diferença de Angola e Moçambique, que foram colónias de povoamento, a Guiné-Bissau foi submetida a um regime voltado para a exploração rudimentar das riquezas que ela podia fornecer. Isto reforçou a sua economia agrícola, restringiu a implantação de agroindústrias, e limitou severamente o investimento na educação do povo, na saúde pública, na infraestrutura e na capacidade administrativa do Estado. A relutância de Portugal em ceder a independência às suas colónias provocou uma dura guerra de libertação nacional liderada pelo Partido Africano para a Independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde (PAIGC). Além de suscitar a migração de mais de 300.000 guineenses entre 1963 e 1974, o conflito teve um impacto pernicioso no desenvolvimento económico da nação.

As decisões económicas adotadas após a independência reforçaram em vários aspetos o modelo de desenvolvimento praticado pelo regime colonial. Isto se deu no funcionamento do Estado, no controlo restritivo do comércio, e na expropriação do rendimento agrícola produzido pelas famílias camponesas.[14] A implementação do Programa de Ajustamento Estrutural na década de 1980 liberalizou diversos aspetos da economia, mas ampliou as desigualdades sociais. Acrescenta-se a este contexto, a instabilidade crónica da política guineense, examinada no capítulo 10 de Miguel Carter, neste livro. Em particular, a guerra civil de 1998-1999, e seus desdobramentos até 2014, impediram a implementação de uma política económica consequente.[15] A instabilidade também provocou uma forte retração da cooperação internacional. Durante este período, o país experimentou um retrocesso na provisão de vários serviços públicos e o agravamento da corrupção e do narcotráfico.

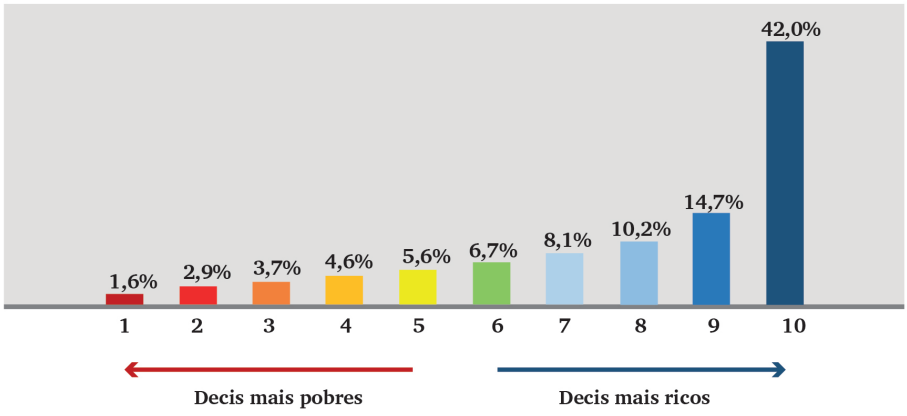
A má governação e o modelo de desenvolvimento extrativista, orientado para a exportação primária, facilitaram a concentração da riqueza nacional em poucas mãos. Um estudo publicado pelo Banco Mundial apontou que cerca de um quarto do rendimento obtido pela exportação da castanha de caju fica com os produtores camponeses. O resto é absorvido pelos comerciantes

14 Ver Lopes (1982), Galli e Jones (1987), Forrest (2003), Havik (2016).

15 Sangreman (2019).

nacionais e estrangeiros.[16] Esta dinâmica económica e política criou condições para a formação de uma das sociedades mais desiguais do planeta. Segundo o último cálculo feito da distribuição de rendimento na Guiné-Bissau, em 2010, o quintil mais rico possui 56,7% do rendimento nacional, enquanto o quintil mais pobre detém apenas 4,5% desta riqueza. Na medição da desigualdade feita pelo coeficiente Gini, a nação guineense tem uma pontuação de 50,7 (sobre 100). Isto coloca-a na 14ª posição entre os países mais injustos do mundo.[17]

Distribuição da riqueza na Guiné-Bissau, 2010



Fonte: United Nations University – WIDER (2021).

Consultado pela sondagem Vozes do Povo sobre a distribuição da riqueza no seu país, 81% dos guineenses afirmaram que ela era injusta – e mais de metade da população (51%) disse que era muito injusta.

Este, então, é o contexto de desenvolvimento no qual podemos avaliar as condições de vida, a dinâmica territorial e a convivência social na Guiné-Bissau.

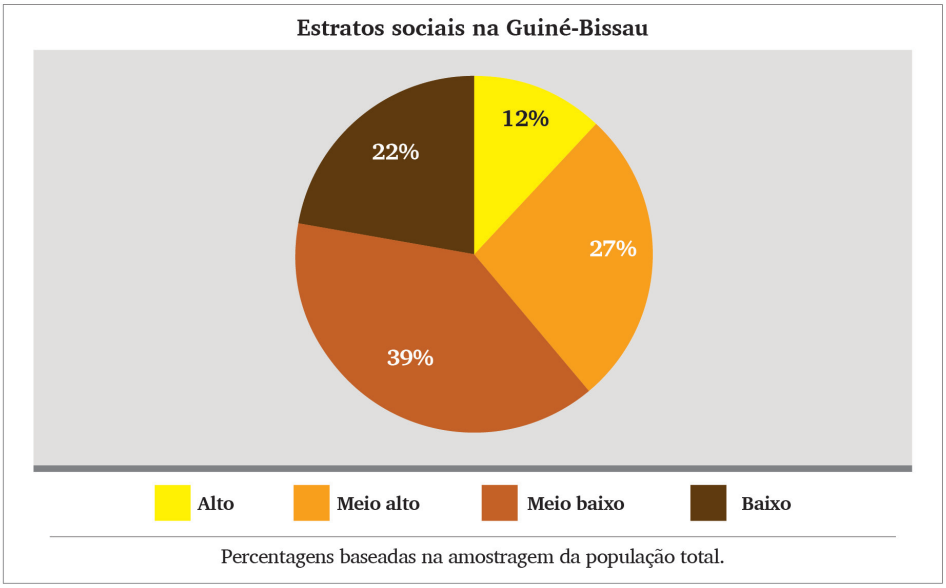
Condições de Vida

As condições de vida afetam as oportunidades, perceções e orientações das pessoas. Elas configuram as relações na sociedade e enquadram o seu potencial de desenvolvimento. Os dados da pesquisa Vozes do Povo indicam que as possibilidades de alcançar o bem estar material na Guiné-Bissau estão associadas ao acesso à educação, ao emprego qualificado, e às remessas do exterior. O trabalho qualificado decorre, em geral, da formação profissional. A ajuda financeira do exterior, de parentes e amigos, melhora as possibilidades de estudo e contribui para a prosperidade das famílias beneficiárias.

Para compreender melhor a estrutura da sociedade guineense, criou-se um índice de estratos sociais, baseado nas condições materiais de subsistência da população e suas possibilidades de acesso à informação. O índice utiliza critérios sociológicos – relacionados com a situação de vida – antes que os económicos, que tendem a privilegiar o rendimento monetário. Sendo assim, no sentido mais elementar, os estratos sociais refletem a combinação de quatro fatores: o poder aquisitivo, a estrutura da residência, o uso de meios modernos de comunicação e a satisfação das necessidades básicas. Cada um destes fatores é o resultado da soma de múltiplas variáveis, como veremos mais adiante. Com base neste índice, é possível diferenciar quatro estratos sociais na Guiné-Bissau.

16 Barry, Creppy e Wodon (2007: 80).

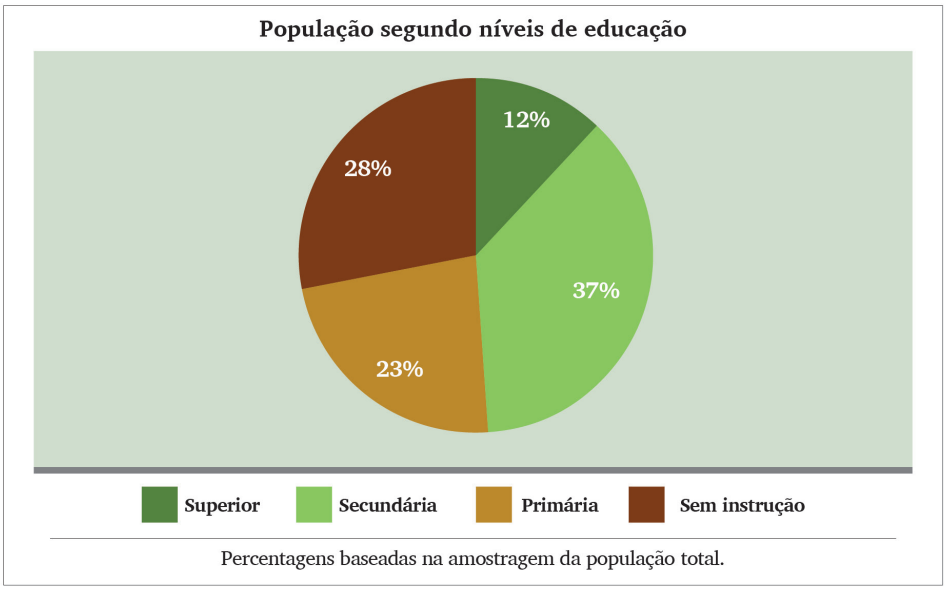
17 O ranking global do coeficiente Gini é de World Population Review (2021).



O inquérito realizado também incluiu perguntas sobre o nível de estudo das pessoas. A educação formal, como se sabe, permite adquirir novos conhecimentos e elevar o estatuto social da pessoa. Ela viabiliza oportunidades de trabalho e a mobilidade social. Os resultados da sondagem permitem classificar a população guineense segundo o nível mais alto de instrução que completou:

- *Sem instrução formal*, ou apenas escola corânica
- *Escola primária*, incompleta ou completa
- *Escola secundária*, incompleta ou completa
- *Estudo superior*, incluindo estudos universitários e de qualificação profissional pós-secundário – incompleto ou completo.

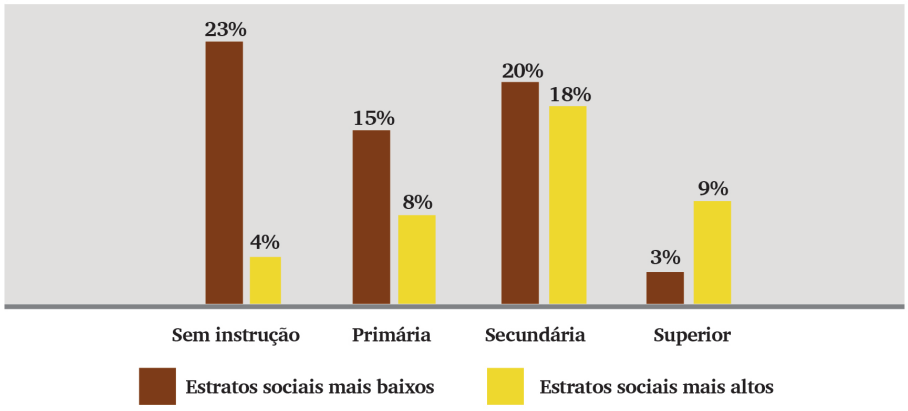
Em 2018 a distribuição da população guineense segundo o seu nível de instrução era a seguinte:



Os resultados do inquérito mostram que quase metade do povo (49%) fez algum estudo além da instrução primária. Desse conjunto, 22% têm o secundário incompleto, 15% o secundário completo e 12% algum estudo superior. Entre as pessoas sem instrução formal, 21% nunca foi à escola e 7% apenas teve uma instrução informal através da escola corânica. No total, 38% dos guineenses ficaram sem a oportunidade de ter uma instrução formal ou concluir a escola primária.

A relação entre os estratos sociais e níveis de educação é bastante forte, como pode ser observada no cruzamento de dados apresentados nos gráficos seguintes.

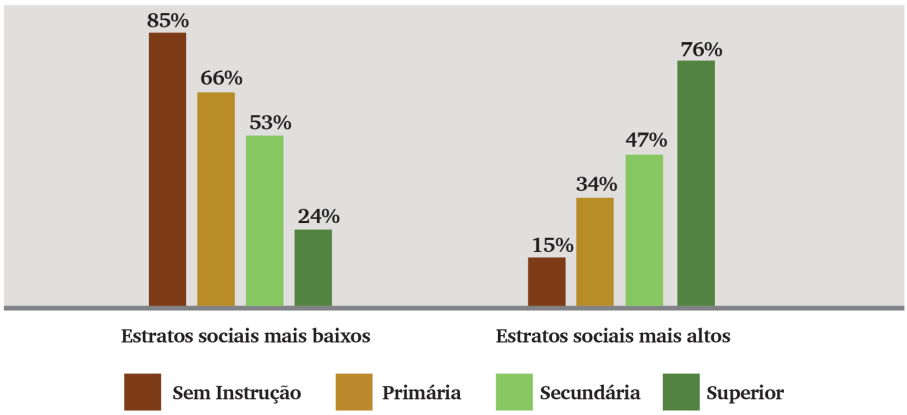
Níveis de educação por estratos sociais



Estratos sociais mais baixos: Baixo + meio baixo. Estratos sociais mais altos: Alto + meio alto.
Percentagens sobre o total da população.

Mais de um quarto (27%) da população teve uma educação pós-primária e pertence aos dois estratos sociais mais altos. Por outro lado, dois de cada cinco guineenses (39%) tiveram pouca ou nenhuma educação formal, e integram os dois estratos sociais mais baixos. No estrato mais pobre da população, mais de metade das pessoas (54%) não tiveram instrução formal alguma. A relação entre a educação e a condição de vida das pessoas é ainda mais explícita no próximo quadro.

Relação entre níveis de educação e estratos sociais



Percentagem sobre o total de cada nível educativo.

Entre os guineenses, três quartos da população com estudo superior e quase metade (47%) daqueles com algum estudo secundário fazem parte dos estratos sociais mais altos. Por outro lado, 85% das pessoas sem instrução e dois terços (66%) daqueles que apenas fizeram algum estudo primário integram os estratos mais pobres. Tudo isto demonstra que o acesso à educação incide de maneira expressiva nas condições de vida das pessoas. Isto pode ser examinado com mais detalhe ao comparar a relação entre o nível de escolaridade e os quatro componentes que integram o índice de estratos sociais: poder aquisitivo, estrutura da residência, o uso de meios modernos de comunicação, e a satisfação de necessidades básicas.

O **poder aquisitivo** mede a capacidade de compra e o consumo de determinados bens materiais como o rádio, o telemóvel, o automóvel ou a mota, a televisão e o frigorífico. Na Guiné-Bissau, um terço da população (32%) tem um poder aquisitivo mais alto e dois terços (68%) uma capacidade de compra mais baixa. Quatro de cada cinco pessoas com menor poder de compra têm grandes dificuldades em obter bens duráveis.

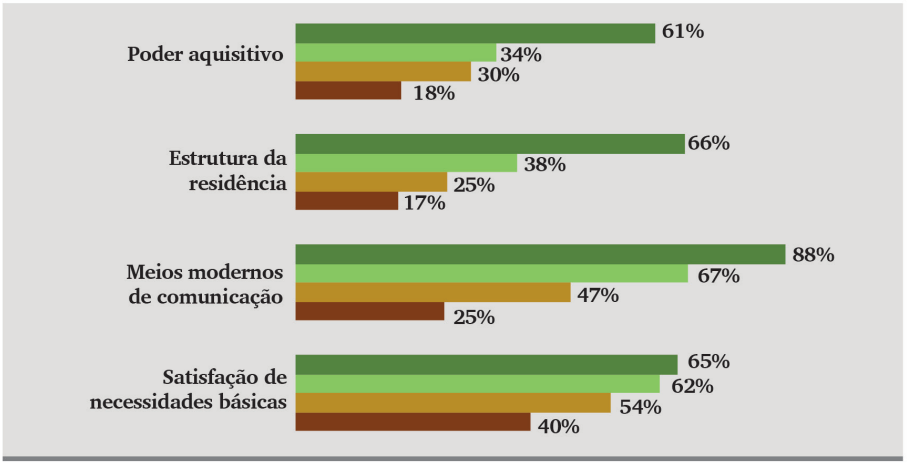
A **estrutura da residência** avalia as condições de habitação e os serviços básicos disponíveis, como a fonte da água utilizada na residência, a casa de banho ou latrina, o acesso à rede elétrica, o uso de painel solar e gerador. Na Guiné-Bissau, dois terços das residências têm uma condição mais precária: 62% das pessoas têm a principal fonte de água – e 37% o serviço sanitário – fora do quintal da casa. Além disso, 60% da população diz não ter acesso à energia da rede elétrica. Apenas 7% da população dispõe de água dentro da casa e só 13% têm uma casa de banho no interior da vivenda.

Os **meios modernos de comunicação** permitem considerar a frequência do uso do telemóvel, da internet, da rádio e da televisão. Mais de metade dos guineenses (53%) têm um acesso relativamente alto a estes instrumentos de comunicação. Em particular, 86% utilizam o telemóvel todos os dias, 58% escutam a rádio e 26% assistem à televisão com a mesma frequência. No entanto, mais de dois terços da população (69%) nunca utilizaram a internet e só 13% fazem uso dela todos os dias.

A **satisfação de necessidades básicas** estima o grau de dificuldade ou facilidade em atender às exigências vitais da família quanto à provisão de alimentos, água potável, medicamentos ou assistência médica, e combustível para cozinhar. Perto de metade da população da Guiné-Bissau (46%) tem grande dificuldade em suprir as suas necessidades básicas. Quase dois de cada cinco pessoas (38%) têm problemas para se alimentar bem. Pouco menos de dois de cada três guineenses (62%) tem impedimentos para obter água potável, ou dificuldade para receber cuidados médicos.

Todos esses componentes do índice de estratos sociais tem uma relação expressiva com os níveis de educação, como pode-se observar no gráfico a seguir.

Níveis de educação e componentes do índice de estratos sociais



Os valores refletem o percentual mais alto (alto + meio alto) de cada componente do índice de estratos sociais, calculado sobre o total de cada nível de escolaridade.

A relação entre educação e os componentes do índice de estratos sociais é nítida: a maior nível de estudo, melhor as condições de vida das famílias. No entanto, revela certas diferenças. A correlação é mais intensa no uso dos meios modernos de comunicação, seguida da estrutura da residência. Mas é menos forte quanto à satisfação das necessidades básicas.

A brecha entre os guineenses é maior no acesso aos instrumentos modernos de comunicação e no conforto do lar, do que nas condições elementares de subsistência: o acesso à alimentação, água e atenção médica. Uma pessoa com instrução superior tem uma probabilidade oito vezes maior de ter acesso ao telemóvel, à televisão e à internet do que uma pessoa sem instrução formal. Mas entre as mesmas pessoas, a satisfação das necessidades básicas da pessoa com maior instrução é só duas vezes maior. Na sociedade guineense a desigualdade é menor na hora de lidar com as necessidades fundamentais da vida.

Sobre este assunto há detalhes esclarecedores. Entre as pessoas com maior escolaridade, 19% indicaram ter carência frequente no acesso à alimentação, condição que afeta 39% da população sem instrução. Entre os que fizeram algum estudo superior, 36% afirmaram ter défice constante no acesso à água potável, problema que afeta 55% das pessoas sem educação formal. Estes dados salientam o estado de pobreza que atinge o conjunto da nação guineense.

As duas **principais fontes de rendimento** familiar na Guiné-Bissau proveem do trabalho exercido e das remessas pessoais recebidas de amigos e parentes no exterior. No inquérito Vozes do Povo, 42% das pessoas afirmaram exercer um trabalho, 22% indicaram nunca ter tido um emprego, 18% identificaram-se como estudantes e 18% disseram ser donas de casa. Entre a população economicamente ativa – ou seja, aqueles que exercem algum trabalho – metade (51%) declarou estar engajado em atividades agrícolas e afins, 23% em empregos qualificados, 12% em trabalhos manuais não qualificados, e 11% no comércio e venda.

No conjunto da população economicamente ativa, o contraste entre os estratos sociais mais ricos e mais pobres é esclarecedor. Mais de dois terços das pessoas (68%) de estratos sociais mais

pobres dedicam-se à agricultura e nove de cada dez indivíduos (91%) trabalha por conta própria – grosso modo, de maneira informal. Enquanto isso, os que integram os estratos sociais mais abastados ocupam uma proporção maior nos empregos qualificados (38%). Acrescenta-se que 29% deste segmento social trabalha para o governo, o sector privado ou as ONGs, como mostra o gráfico a seguir.



Comércio e Outros inclui o trabalho não qualificado.
Percentagens sobre o total da população economicamente ativa em cada estrato social.

Três de cada quatro guineenses que trabalham na agricultura pertencem aos segmentos mais pobres do país. Por outro lado, três de cada quatro pessoas com empregos qualificados integram os estratos sociais mais prósperos. Na mesma proporção, três de cada quatro pessoas empregadas pelo governo e pelas ONGs fazem parte dos segmentos mais favorecidos da sociedade.

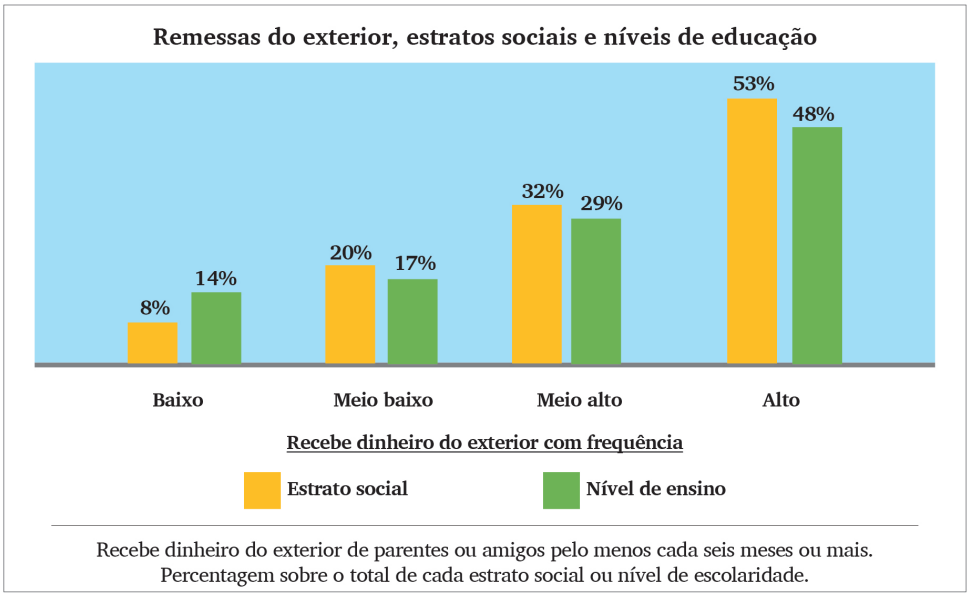
A relação entre o tipo de emprego e o nível de escolaridade é similar. Quase metade das pessoas com trabalho qualificado (48%) têm educação superior; e 84% têm uma educação pós-primária. De forma similar, 58% das pessoas empregadas no governo ou nas ONGs têm estudos superiores; e 85% estudos pós-primários. Por outro lado, 64% das pessoas que trabalham na agricultura e afins têm baixa ou nenhuma instrução formal. Entre aqueles sem oportunidade de estudos, três de cada quatro atuam no sector agrícola e quase todos (97%) trabalham por conta própria.

Em suma, o acesso à educação permite obter empregos mais qualificados no governo, nas ONGs e no sector privado, e assim elevar as condições de vida da família. O baixo rendimento do trabalho agrícola impede à maioria dos camponeses de ter uma vida de maior sossego e conforto económico.

Comparado com outros países da África Ocidental, a Guiné-Bissau é o país que recebe com maior assiduidade **dinheiro de parentes e amigos do exterior**. Um quarto dos guineenses (25%) disse receber ajuda com muita ou bastante frequência, acima dos países com o percentual alto, como Cabo Verde (23%) e Gâmbia (22%). O dinheiro remetido à Guiné-Bissau é substancial. Segundo o Banco Mundial, entre 2014 e 2020, as remessas pessoais do exterior atingiram uma média de 8,1% do Produto Interno Bruto (PIB).[18]

[18] World Bank (2021).

Por conseguinte, interessa saber qual é a distribuição deste recurso na sociedade guineense. O seguinte gráfico, elaborado com dados do inquérito Vozes do Povo, revela que grande parte deste dinheiro é recebido por famílias dos estratos sociais mais altos e com maior nível de escolaridade.



Recebe dinheiro do exterior de parentes ou amigos pelo menos cada seis meses ou mais.
Percentagem sobre o total de cada estrato social ou nível de escolaridade.

Metade das famílias com alto padrão de vida e estudos superiores recebe dinheiro do exterior com frequência, e quase um terço daqueles com um nível social e de ensino meio alto recebe ajuda com a mesma regularidade. As pessoas mais pobres e sem instrução formal são as menos beneficiadas.

Em síntese, o bem-estar material das famílias na Guiné-Bissau está ligado a duas principais fontes de rendimento: o trabalho exercido e a ajuda do exterior. A educação é um fator crucial na obtenção de empregos qualificados. As remessas do exterior servem para ampliar as oportunidades educativas dos beneficiários. Ao mesmo tempo, esses recursos financeiros facilitam condições para melhorar as casas e a qualidade da subsistência familiar. Esta situação tem uma estreita relação com a dinâmica territorial e convivência social no país, como explicamos a seguir.

Território

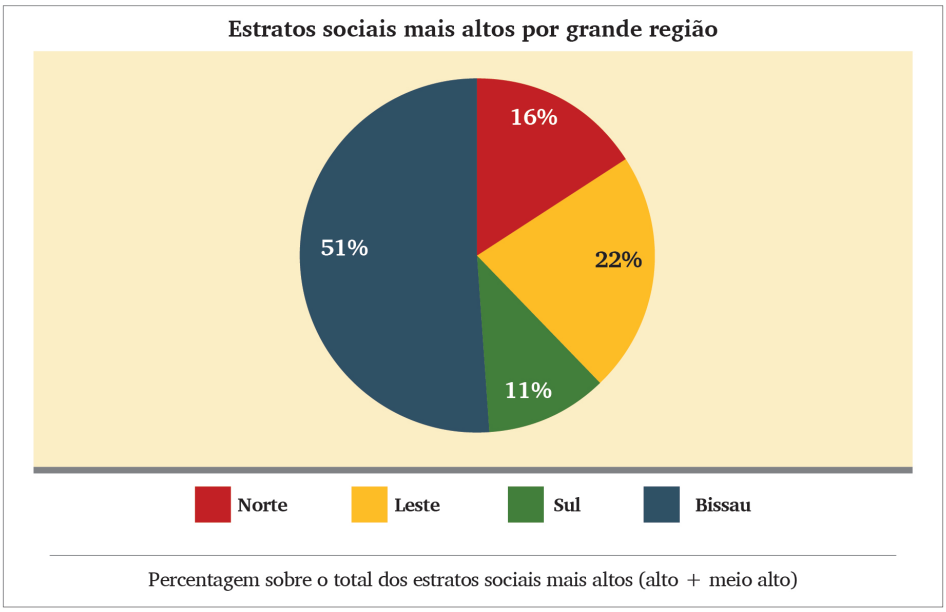
O território da Guiné-Bissau compreende quatro grandes regiões: norte, leste, sul e a capital, Bissau.[19] No espectro urbano-rural, ele abarca três dimensões principais: Bissau, as cidades do interior,[20] e a zona rural. Nesta secção examinamos a relação entre território e condições de vida. Demostramos que a acumulação do poder, a riqueza e os recursos educativos em Bissau – herdados do tempo da colónia portuguesa – marginalizaram a população do interior do país, e, em particular, o povo camponês. Isto é o resultado de um modelo de desenvolvimento extrativo e concentrador da riqueza produzida. A cidade portuária de Bissau é a sede de um Estado altamente centralizado e o ponto nevrálgico de uma economia voltada para a exportação de produtos primários. Ele é o espaço do território nacional que aglutina os recursos financeiros e a capacidade profissional do país.

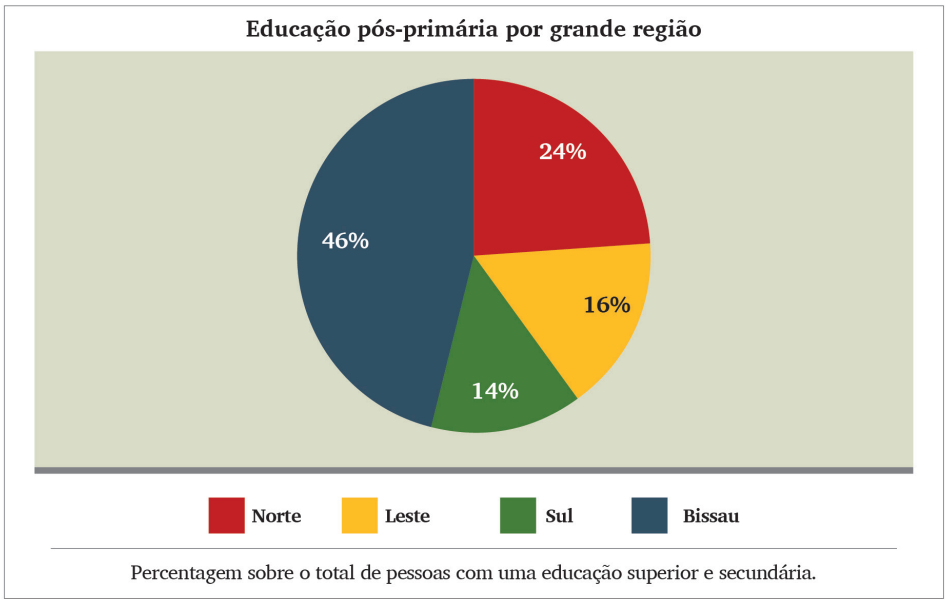
[19] No inquérito Vozes do Povo, Bissau e a região norte abrangem, respectivamente, 28% da população nacional. O norte inclui as regiões administrativas de Cacheu, Oio e Biombo. O leste compreende 24% dos habitantes do país, nos territórios de Bafatá e Gabu. O sul representa 20% da população, e abrange as regiões de Quínara, Tombalí e Bolama. Para visualizar essas regiões, pode-se consultar o mapa oferecido no início do livro, na página xii.

[20] Fora de Bissau, os centros urbanos pesquisados foram: Bafatá, Bigene, Bissorã, Bolama, Bubaque, Buba, Bula, Canchungo, Catió, Contuboel, Empada, Gabu, Mansabá, Quebo, Quinhamel e São Domingos.

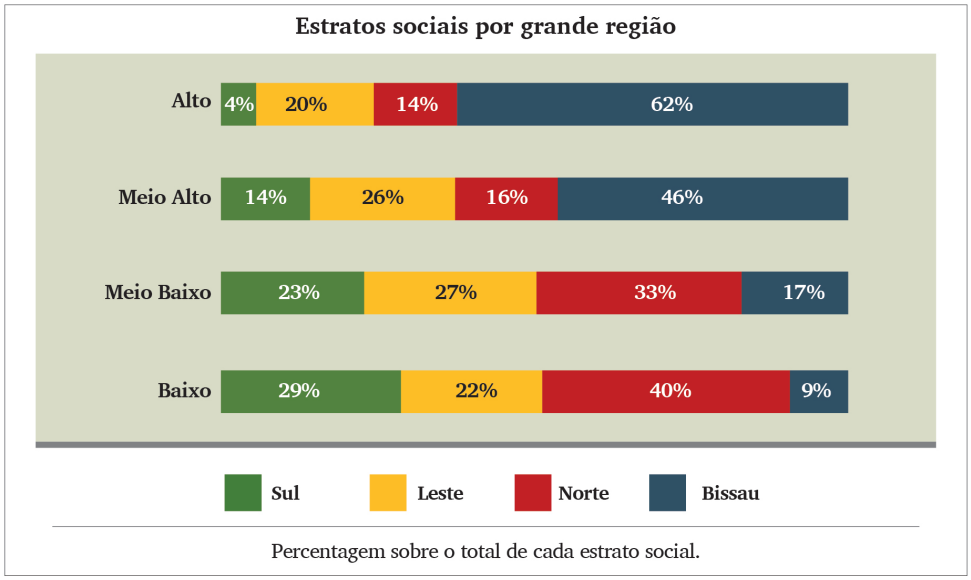
Os gráficos que se seguem, elaborados com dados da pesquisa Vozes do Povo, revelam as consequências desta situação.

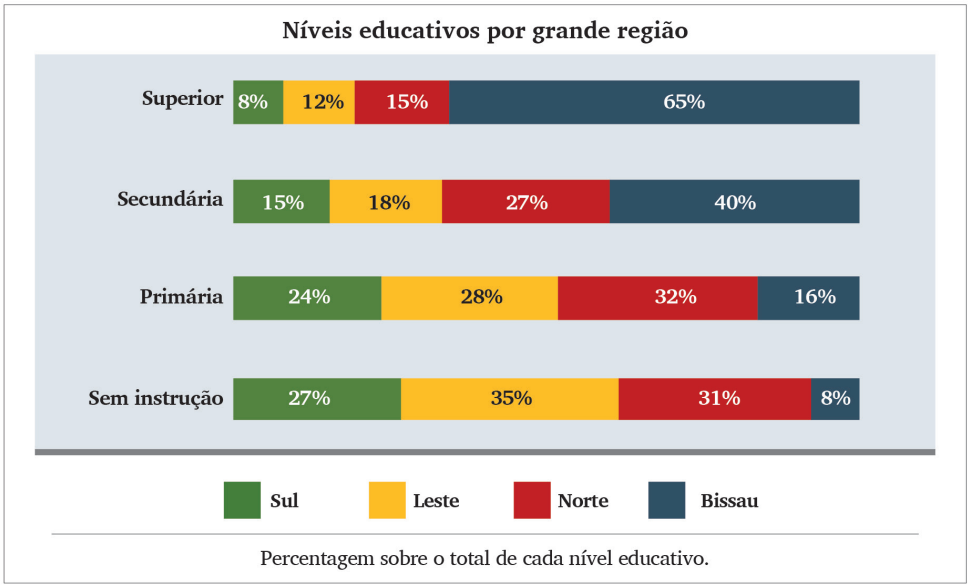
Bissau representa 28% da população nacional, mas congrega 51% das famílias mais prósperas do país, e 46% das pessoas com uma educação pós-primária. Em termos proporcionais, a região norte reúne a população mais pobre, e o leste a de menor acesso ao ensino formal.





Vista sob outra perspetiva, quase dois terços das pessoas do estrato social mais alto e com estudos superiores vivem em Bissau, e 91% do povo que não teve oportunidade de ir à escola vive no interior do país.



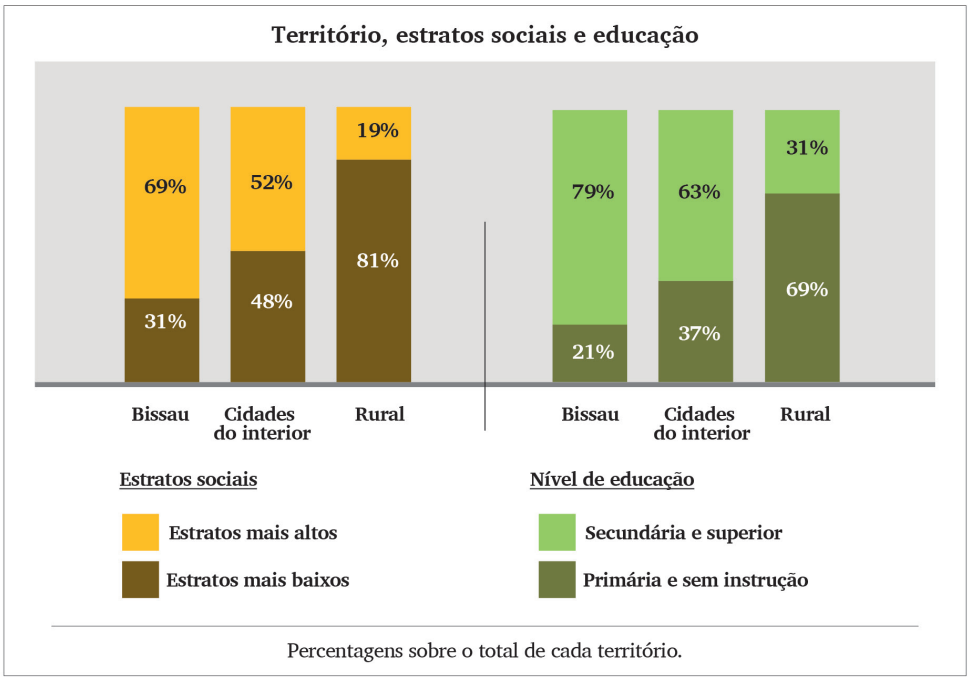


A comparação entre Bissau e o resto do país é notável. Sete de cada dez habitantes da capital (69%) fazem parte dos estratos sociais mais altos, enquanto no resto do país a mesma população chega apenas a 26%. Ainda mais, oito de cada dez residentes de Bissau (79%) têm uma educação pós-primária, enquanto só 37% da população do resto do país chega a este nível de estudos.

O modelo de desenvolvimento adotado na Guiné-Bissau, desde o tempo colonial, tem um claro viés urbano. A capital do país é o eixo central desta preferência citadina. Isto pode-se observar nos gráficos a seguir, que comparam Bissau com as cidades do interior e o território rural. Ao se constituir no espaço que congrega o poder político e económico, os recursos educativos e profissionais, os serviços públicos e meios de comunicação, a capital é o território que concentra os

empregos mais qualificados e bem pagos. Tudo isto lhe permite oferecer as condições de vida mais prósperas em toda a república.

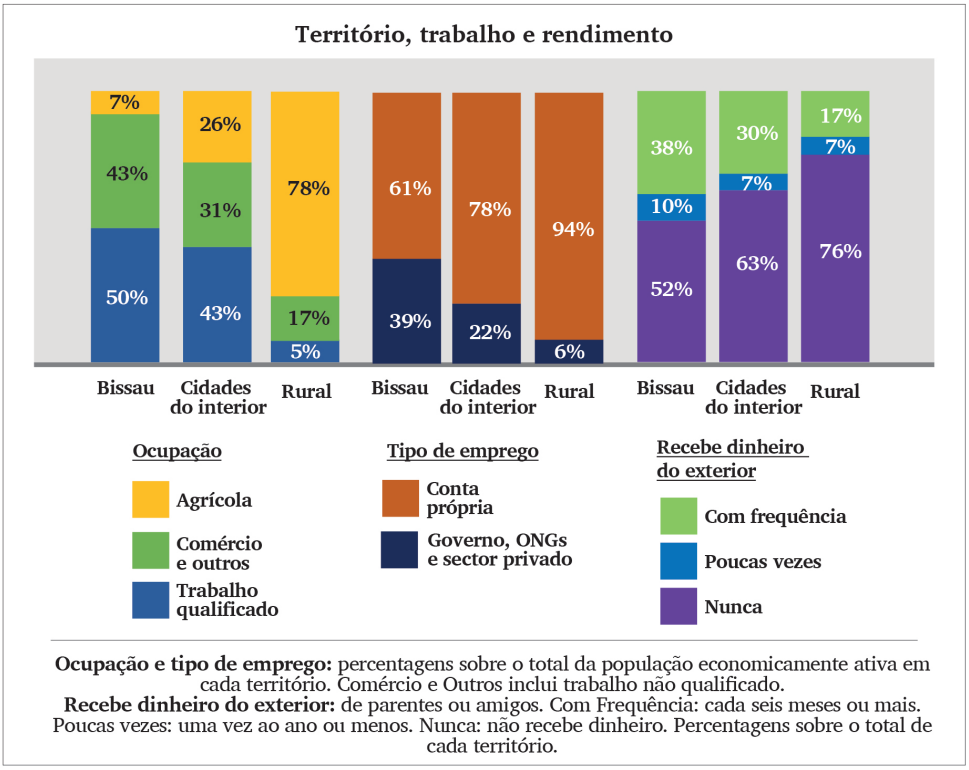
A disparidade entre a capital e o meio rural é considerável, como demonstra o gráfico a seguir. No campo, quatro de cada cinco pessoas vivem numa situação precária; e menos de um terço teve a oportunidade de estudar além do ciclo primário. As principais carências nacionais se acentuam no meio da população camponesa. No meio rural, 56% das famílias têm muita dificuldade em obter água potável, o dobro quase das pessoas que têm o mesmo impedimento em Bissau (29%). Ainda mais, no meio rural 87% das pessoas não têm acesso à internet, comparado com apenas 34% em Bissau.



Na Guiné-Bissau, 87% das pessoas com trabalho qualificado, e 83% dos funcionários públicos, vivem nas cidades, principalmente Bissau.[21] Além disso, os residentes de Bissau recebem uma proporção maior das remessas pessoais do exterior, como mostra o quadro a seguir. Em frequência, Bissau recebe mais do dobro das remessas enviadas a famílias do meio rural.

Fora da capital, a principal fonte de rendimento é a agricultura. Na região norte ela emprega 70% da população economicamente ativa; no sul 65% e no leste 64%. No meio rural, a informalidade económica e laboral é a norma: 94% da sua população trabalham por conta própria.

[21] Bissau reúne 61% dos guineenses com trabalho qualificado e 61% dos servidores públicos.



Ocupação e tipo de emprego: percentagens sobre o total da população economicamente ativa em cada território. Comércio e Outros inclui trabalho não qualificado.
Recebe dinheiro do exterior: de parentes ou amigos. Com Frequência: cada seis meses ou mais. Poucas vezes: uma vez ao ano ou menos. Nunca: não recebe dinheiro. Percentagens sobre o total de cada território.

Os conceitos de "urbanidade" e "ruralidade" têm de ser tratados com alguma prudência na Guiné-Bissau, onde as fronteiras entre os dois conglomerados populacionais sempre foram porosas e dúcteis. Bissau inclui várias bolanhas onde se cultiva o arroz e as cidades do interior encontram-se bastante compenetradas com a vida rural. Daí que 7% da população economicamente ativa em Bissau e 26% nas cidades do interior trabalhem na agricultura ou na pesca.

A divisão administrativa instituída após a independência precisa de ser examinada com certa cautela, se considerarmos a história territorial do país. Mesmo antes da implantação definitiva do colonialismo que se seguiu à época das conquistas, as populações residentes na atual Guiné-Bissau tinham a sua própria divisão territorial – o seu chão ou *tchon* – regendo as suas vidas e os assuntos públicos de acordo com esta divisão. Assim, existia um chão papel, um chão manjaco, um chão dos nalus, e assim por diante. Algumas autoridades políticas ligadas a estes territórios cobravam tributos aos recém-chegados. No século XIX, por exemplo, os governadores biafadas exigiam que cada família fula instalada no Forriá pagasse uma taxa.[22]

Pode-se questionar em que medida as divisões administrativas instituídas pelo Estado pós-colonial respeitaram ou não essas divisões. Terá havido alguma continuidade histórica em termos da divisão territorial? Qual é o potencial impacto destas divisões na democratização local? Existe a necessidade de pensar em estratégias de democratização e descentralização que dialoguem com, e respondam, às necessidades, tradições, os desejos, e o saber local. O desenvolvimento democrático em favor da autogovernação a nível subnacional não pode ser imposto só de cima. Ele deve ser feito com conhecimento e respeito pela história do poder popular, no sentido sublinhado por Toby Green, Philip J. Havik e Joshua Forrest, neste livro.

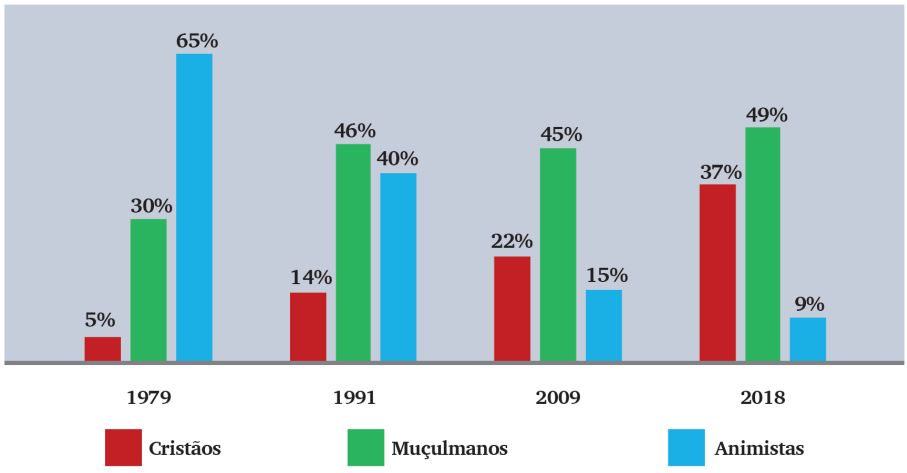
[22] Cardoso (1989).

Convivência Social

A crescente urbanização num país historicamente rural e acelerada expansão de Bissau, reforçada por um modelo de desenvolvimento extrativista e concentrador da riqueza, tem impulsionado mudanças importantes na sociedade guineense e no comportamento dos seus cidadãos. Esta secção examina, de uma forma muito sucinta, quatro desdobramentos: (1) as mudanças no campo religioso, (2) a crioulização da sociedade guineense, (3) a sociabilidade diferenciada entre os espaços territoriais, e (4) a opção preferencial pela emigração num segmento expressivo da população, fruto da frustração com a situação do país.

As **transformações do campo religioso estão** associadas às mudanças estruturais da sociedade guineense, como revela o gráfico a seguir.

Principais religiões na Guiné-Bissau, 1979 - 2018



Fontes. **1979**: Recenseamento nacional, citado em Forrest (1992: 131) e Formenti (2017: 303). **1991:** Recenseamento nacional, citado em Murison (2002: 511). **2009:** Recenseamento nacional citado em Mendy e Lobban Jr. (2013: 358). **2018:** Vozes do Povo.

Este quadro mostra que num período de quatro décadas houve uma forte variação na identidade religiosa dos guineenses. Em particular, as pessoas que se definem como aderentes das tradições religiosas africanas – os animistas – caíram de 65% da população em 1979 para 9% em 2018, segundo os resultados do inquérito Vozes do Povo. Ao mesmo tempo, a percentagem de guineenses que se consideram cristãos teve um crescimento exponencial de 5% para 37% da população. Os muçulmanos também tiveram um aumento expressivo, no mesmo período, de 30% para 49% da população.[23]

Das três religiões, a animista é a mais rural e a cristã a mais urbana.[24] A rápida multiplicação do cristianismo, por conseguinte, estaria relacionada com a expansão urbana e com o trabalho missionário, sobretudo no meio do povo de tradição animista. Isso tem sido promovido nos últimos anos por meio da proliferação de igrejas evangélicas, em muitos casos ligadas a matrizes de origem

[23] Os dados do inquérito Vozes do Povo, com sua margem de erro de 2,85%, não tem o mesmo peso estatístico que os dos recenseamentos nacionais realizados em 1979, 1991 e 2009. No entanto, permitem visualizar a tendência em curso, que poderá ser verificada no próximo recenseamento nacional.

[24] Segundo a sondagem Vozes do Povo, metade dos cristãos (48%) – incluindo 76% dos católicos – residem em áreas urbanas. Entre os muçulmanos, 40% vivem em Bissau e cidades do interior. Mas entre os animistas, esta cifra alcança só 16%.

brasileira.[25] De acordo com a pesquisa Vozes do Povo, entre aqueles que se identificam como cristãos na Guiné-Bissau, 57% não mencionaram a sua igreja, 27% se declararam católicos romanos, 14% evangélicos, e 2% de outras denominações cristãs.[26] As práticas de sincretismo religioso no seio do povo guineense e seu possível impacto na fluidez destas identidades é um assunto que requer uma pesquisa mais aprofundada.

Outra transformação relevante tem a ver com a crescente **crioulização da sociedade guineense**.[27] Este processo tem longas raízes urbanas, ligadas em grande parte à formação da sociedade bissauense. Em Bissau, segundo a sondagem Vozes do Povo, quatro de cada cinco pessoas (79%) falam crioulo em casa. Isto representa uma proporção bem superior a aquela de outras regiões, como o sul onde 48% fala crioulo em casa, o leste (29%) e o norte (26%). No meio rural, três quartos das pessoas preferem falar uma língua autóctone no meio familiar.

Bissau apresenta uma grande mistura demográfica, com pessoas de distintas religiões e das mais de vinte etnias que integram o país. Por ser um polo de migração interna, a cidade tem um grande contingente de pessoas de origem camponesa e práticas herdadas de convivência comunitária. Nas últimas décadas, ela tem sido um território de forte mudança e recomposição social. Bissau centraliza elementos de uma urbanidade mais moderna, na infraestrutura, arquitetura e nos serviços oferecidos. Ao mesmo tempo, ela oferece um mosaico social e espaço privilegiado para a integração da nação guineense. Esta dinâmica urbana e crioula tem acentuado certos contrastes com o interior do país.

A antropologia social avançada por Roberto Da Matta oferece pistas para interpretar o impacto desta mudança no convívio entre os guineenses e nos valores exibidos por diversos segmentos desta sociedade. Da Matta contrapõe duas conceções da vida social associadas ao "mundo da pessoa" e ao "mundo do indivíduo".[28] No *mundo da pessoa*, o sujeito participa de um ambiente mais íntimo e afetivo, marcado por uma totalidade à qual está necessariamente ligado. A pessoa não tem escolha. A sua consciência é social, pautada pelas regras da sua sociedade, onde a segmentação é a norma. Em contrapartida, no *mundo do indivíduo*, o cidadão é livre, tem direitos e o seu próprio espaço. O indivíduo é igual a todos os outros e pode fazer escolhas, que são vistas como direitos inerentes. Ele tem sua própria consciência e emoções particulares, e faz as regras do seu mundo. Ambos os conceitos são do tipo ideal, nos termos de Max Weber – ou seja, abstrações puras que servem para interpretar a realidade social.

Estes conceitos ajudam a captar a **sociabilidade diferenciada entre os espaços territoriais** na Guiné-Bissau, fruto das transformações estruturais em curso. Isto fica mais claro ao examinar as perceções e os valores ligados à confiança, tolerância, segurança pessoal, igualdade, liberdade e a visão do país, com base nos dados da pesquisa Vozes do Povo.

Em Bissau, a modernização urbana e a maior escolarização introduziram valores ligados ao mundo do indivíduo, ao mesmo tempo atenuando – e, por vezes, desestruturando – as pautas de convivência mais tradicionais associadas ao mundo da pessoa, como sugere o seguinte quadro.

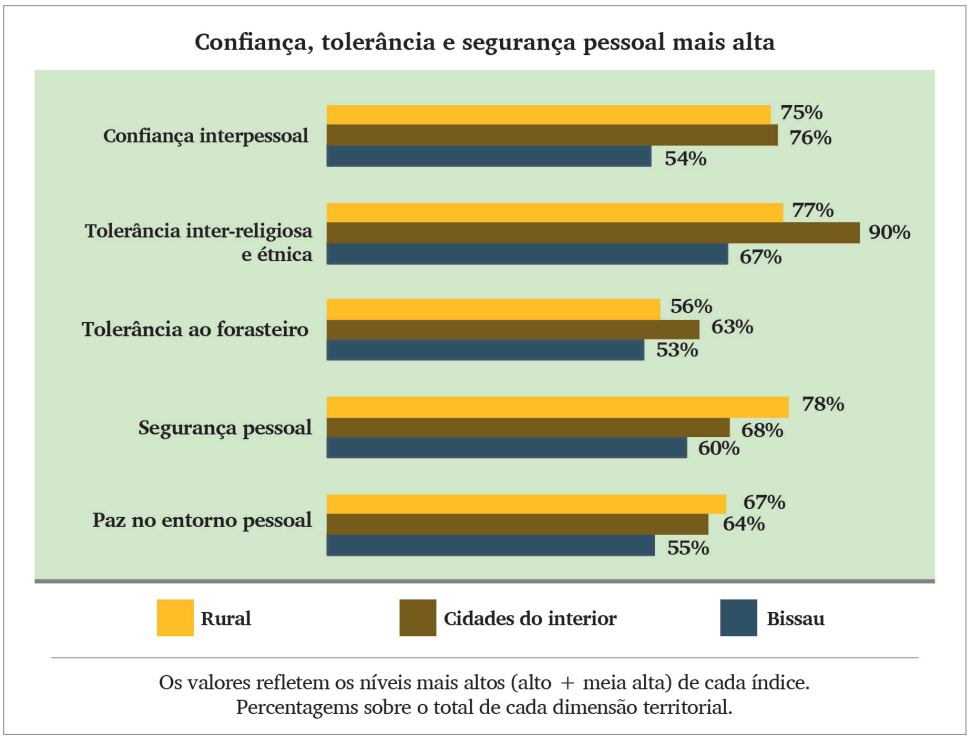
---

25 Formenti (2017).

26 No total nacional, os cristãos sem uma denominação (mencionada) representam 22% do total nacional, os católicos 11% e os evangélicos 5%.

27 Kohl (2018).

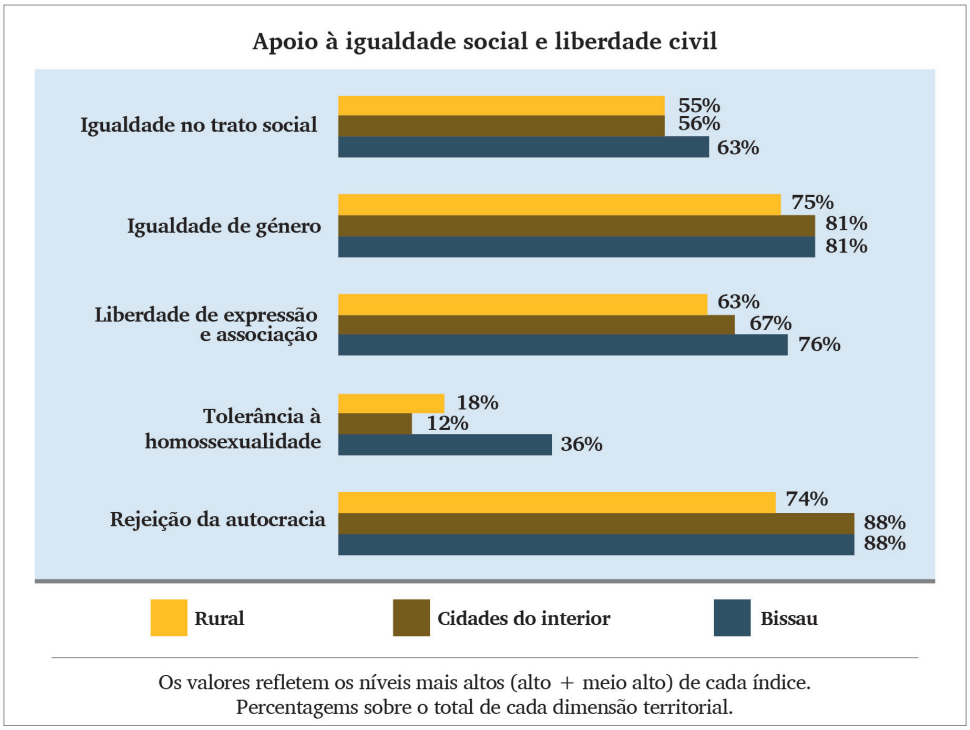
28 Da Matta (1978).



Na Guiné-Bissau, há uma confiança interpessoal maior no interior do país, onde três de cada quatro pessoas exibem uma confiança mais alta, 21 pontos acima da média em Bissau. No interior também há uma tolerância inter-religiosa e étnica mais robusta que em Bissau, sobretudo nos centros urbanos fora da capital, onde esta orientação é basicamente a norma.

A região leste tem a disposição ecuménica mais forte do país. Só que em termos religiosos é a região mais homogénea, onde 91% dos seus habitantes são muçulmanos. A menor tolerância inter-religiosa e étnica em Bissau sugere que a diversidade religiosa, num território de alta densidade urbana e muitos novos migrantes, não engendra a mesma coexistência religiosa praticada em outras partes do país.

Os habitantes rurais vivem num ambiente de maior sossego quanto à segurança pessoal e sensação de paz no ambiente familiar e comunitário. Esta perceção prevalece apesar de ter uma proporção de casas vitimizadas por furtos similar à de Bissau e os centros urbanos do interior; flagelo que só num ano afetou mais de um terço das famílias do país. Contudo, na capital existe uma perceção maior de decomposição social, onde – segundo alguns observadores – o crescimento descontrolado dos bairros periféricos gerou um misto de banditismo, de desconfiança no próximo, de vida boémia e de criminalidade, em que cada um tenta enganar o outro, ou tenta viver do falhanço do outro. A intensidade da urbanização na capital criou uma sociedade mais apreensiva e insegura. Daí que em temas ligados à qualidade íntima da convivência humana, as ideias e aspirações um tanto difusas que ligam o urbano ao progresso ficam no interdito.



Por outro lado, a modernização das relações sociais em Bissau, e o acesso à educação e maiores fontes de informação, têm fortalecido, em certa medida, orientações em favor da igualdade no trato social e nas relações de género. Da mesma forma, os cidadãos da capital defendem com maior ímpeto os direitos civis e a democracia. Entre os guineenses, quatro de cada cinco rejeitam a possibilidade de ter um regime autoritário, seja uma junta militar (80%), um partido único (77%), ou uma presidência autocrática (82%). Contudo, nos centros urbanos, a intensidade deste repúdio é maior, como mostra o índice de Rejeição da Autocracia, elaborado com base nas três variáveis.

O contraste entre Bissau e o leste do país é ilustrativo neste ponto. Na região leste é possível entrever vários aspetos do mundo da pessoa. É a região com os níveis de confiança interpessoal mais altos (86%) da Guiné-Bissau, mas com o menor índice de apoio à igualdade social (56%) no país. Em Bissau, o etos igualitário é muito mais acentuado (72%).[29] Por outro lado, Bissau apresenta os níveis mais altos de adesão à democracia no país (69%), comparada com a região leste (56%), onde a adesão é de menor intensidade que no resto do país.

O preconceito contra as relações homoafetivas na Guiné-Bissau é alto, como em todos os países da África Ocidental, com exceção de Cabo Verde. Ainda assim, entre os guineenses a intolerância é menor que em outras nações da região. Na Guiné-Bissau, 10% da população disse que gostaria de ter um vizinho homossexual, e 11% afirmaram que não se importariam. Entre as pessoas que exibem mais tolerância pela individualidade sexual prevalecem, de modo substancial, os habitantes de Bissau – onde mais de um terço da população (36%) tem uma atitude mais flexível. A pesquisa Vozes do Povo permite compreender detalhes desta orientação. Os indivíduos mais tolerantes tendem a ter algum estudo superior, ser dos estratos sociais mais altos e dispor de maior acesso às

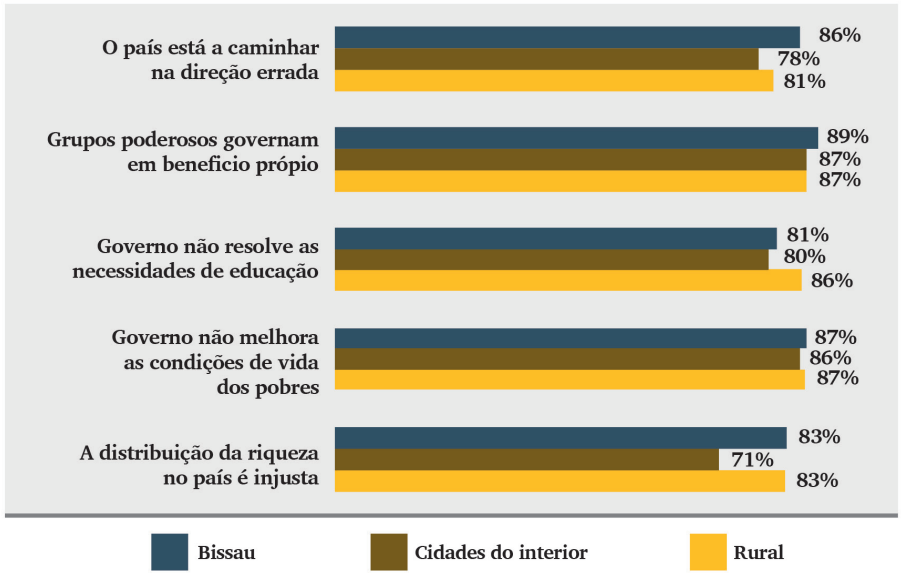
[29] O índice de igualdade social combina dois subíndices: de apoio à igualdade de género e a igualdade no trato social. Para uma discussão mais detalhada do índice, ver o capítulo 3 de Miguel Carter, neste livro.

notícias, sobretudo através da televisão e da internet. As pessoas com 50 anos ou mais têm uma atitude mais benevolente, seguidas dos jovens. Entre os homens, existe um segmento maior que diz não se importar com a sexualidade do outro.

Estes exemplos ilustram o impacto da nova sociabilidade urbana em Bissau e os traços de uma individualidade mais moderna. Tudo isto não deixa de estar inscrito num contexto nacional fortemente influenciado pelo etos do mundo da pessoa – onde, em geral, as relações pessoais prevalecem sobre as normas impessoais.

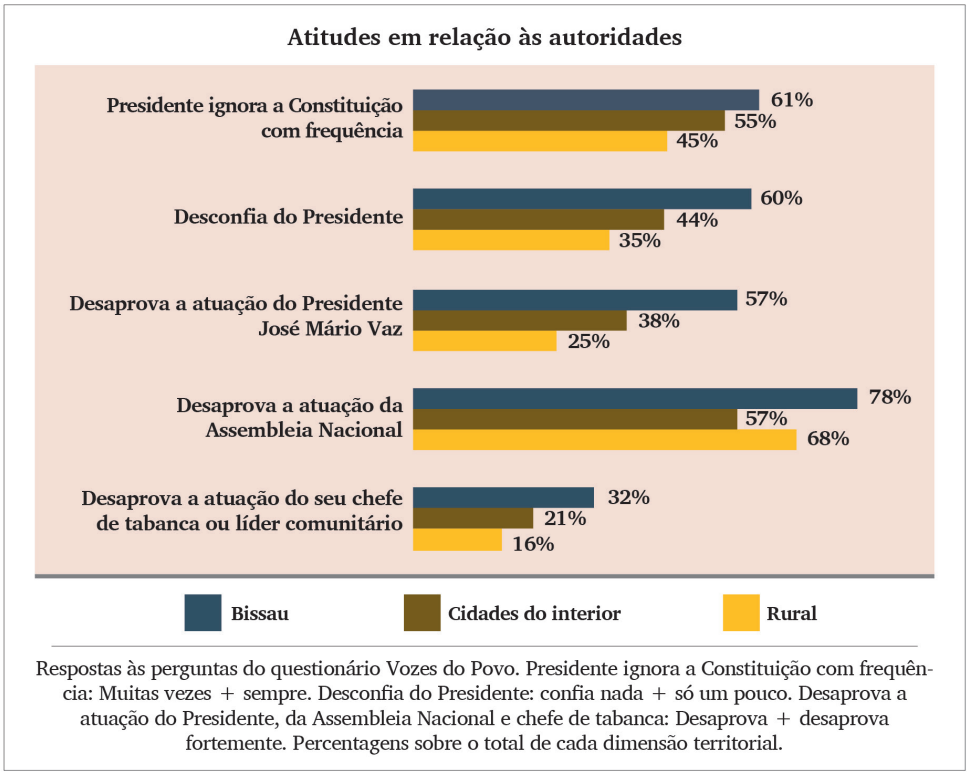
Entre os guineenses há uma perceção generalizada de descontentamento com os rumos do país, a sua governação, e a distribuição da riqueza. Esta visão crítica perpassa toda a sociedade, como se pode observar neste quadro.

Visão crítica da situação na Guiné-Bissau



Respostas às perguntas do questionário Vozes do Povo.
Percentagens sobre o total de cada dimensão territorial.

No entanto, há uma diferença percetível na forma como os cidadãos de Bissau e do interior do país abordam a crítica às autoridades nacionais e locais, como revela a seguinte representação. Onde prevalece o mundo da pessoa, a tendência a criticar a autoridade é mais circunscrita. Podem-se censurar ações e omissões do governo, mas reprovar o líder é mais difícil, devido à conceção mais segmentada e personalizada da sociedade. Todavia, a modernidade individual tem um etos mais igualitário e, por isso, de menor consternação na hora de manifestar, com liberdade, o seu desgosto face ao poder constituído.



Respostas às perguntas do questionário Vozes do Povo. Presidente ignora a Constituição com frequência: Muitas vezes + sempre. Desconfia do Presidente: confia nada + só um pouco. Desaprova a atuação do Presidente, da Assembleia Nacional e chefe de tabanca: Desaprova + desaprova fortemente. Percentagens sobre o total de cada dimensão territorial.

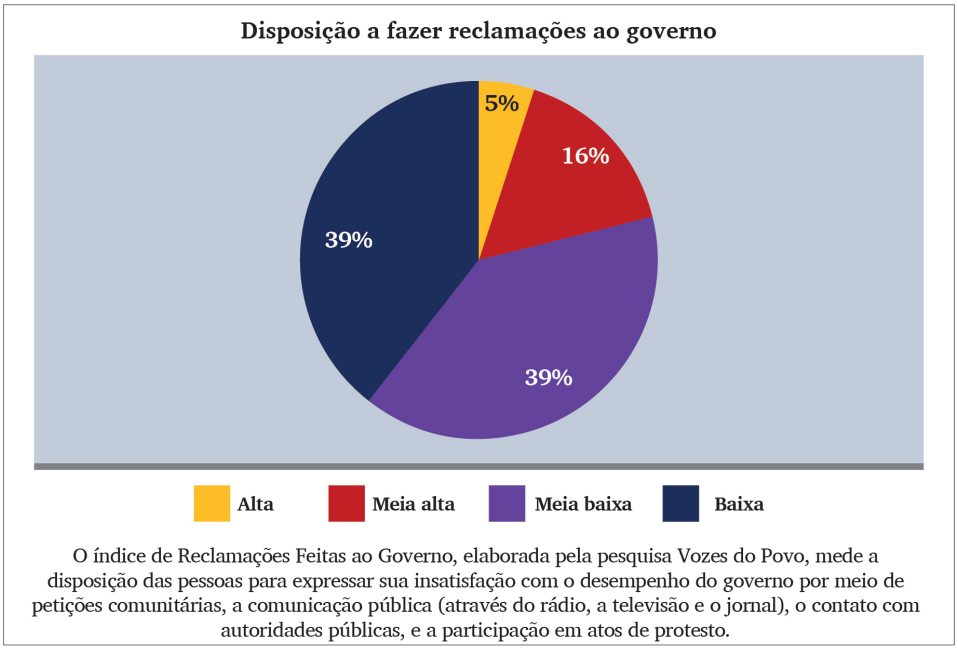
Soma-se a isto o facto de o meio urbano ter níveis mais baixos de confiança interpessoal. Como explica Miguel Carter no capítulo três deste livro, há um efeito derrame entre a confiança interpessoal e a confiança nas instituições e autoridades do país. No campo, a confiança entre as pessoas e nas autoridades é mais alta. Esta é particularmente pronunciada em relação aos líderes comunitários, que apresentam uma ampla legitimidade popular. Por outro lado, as pessoas do meio urbano – e particularmente Bissau – sentem-se menos inibidas na hora de individualizar o alvo das suas críticas. Nisto incide o facto desta população incluir indivíduos mais desconfiados, com maior escolaridade e consciência dos seus direitos.

Diante da aflição popular com a situação do país, e a falta de condições e disposições para ativar as vozes do povo, construiu-se ao longos dos anos, num segmento importante da sociedade guineense, **uma opção preferencial pela emigração**.

No estudo clássico de Albert O. Hirschman, *Saída, voz e lealdade*, o autor destaca duas formas de reação diante de uma organização – uma empresa, nação ou qualquer forma de agrupamento humano – que oferece benefícios diminuídos aos seus membros.[30] Por um lado, as pessoas podem exercer a sua *voz*: protestar e reclamar uma solução. Por outro lado, podem procurar a porta de *saída*: deixar de consumir um produto, apoiar outro partido político ou emigrar para outro país. A opção pela saída se acentua em contextos em que as pessoas têm medo de erguer a voz ou pensam que ela não pode ser exercida de maneira efetiva.

Apesar do descontentamento geral com o rumo do país e a gestão do Estado, há pouco interesse entre os guineenses em reclamar benefícios ou direitos ao governo. Só 21% da população tem uma disposição mais forte neste sentido, como mostra o seguinte índice do estudo Vozes do Povo.

[30] Hirschman (1970).



O índice de Reclamações Feitas ao Governo, elaborada pela pesquisa Vozes do Povo, mede a disposição das pessoas para expressar sua insatisfação com o desempenho do governo por meio de petições comunitárias, a comunicação pública (através do rádio, a televisão e o jornal), o contato com autoridades públicas, e a participação em atos de protesto.

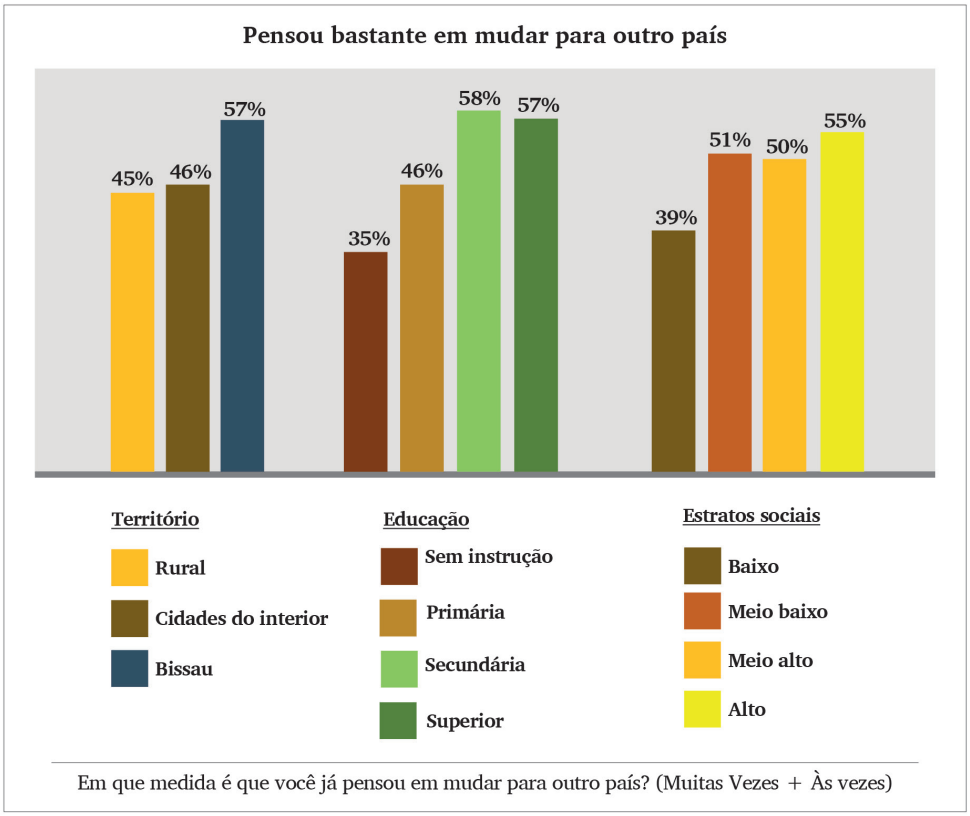
Quatro de cada cinco guineenses (79%) não têm experiência, sentem pouca ou nenhuma vontade de fazer petições ao governo, exigir uma ação pública, ou manifestar-se em defesa dos seus direitos. Comparada com outros países africanos, a Guiné-Bissau exibe uma relutância visível em exercer esta modalidade de participação pública. A pesquisa não detetou diferenças substanciais entre as áreas urbanas e rurais. Alguns consideram que isto reflete a perceção da "irrelevância do Estado" na vida quotidiana da maioria da população.[31] Trata-se de um sentimento de resignação, exprimido na frase popular "*djitu ka ten*" – não há nada a fazer.

Contudo, esta sensação de fracasso é matizada pela participação social em associações populares, ligadas à vida religiosa, comunitária, desportiva, de trabalho e produção agrícola. Na Guiné-Bissau, 58% das pessoas são membros de uma entidade religiosa, 42% de uma associação comunitária e 23% de um sindicato ou associação agrícola. Estes grupos são mais ativos no meio rural, onde prevalecem laços de confiança pessoal. Nas aldeias camponesas, estas ações têm um forte cunho local, voltado para a sobrevivência comunitária. Em Bissau, a luta pela sobrevivência tende a ser mais individual. Mas a capital conta com um núcleo expressivo de ONGs, sindicatos, movimentos sociais e organizações religiosas, que integram a sua sociedade civil.

Apesar destes esforços, a pesquisa Vozes do Povo constatou que 58% dos guineenses já pensaram em sair do país: 35% pensaram muitas vezes, 13% às vezes e 10% poucas vezes.[32] Ainda mais, 64% da população concordou com a ideia de que os jovens que procuram uma boa vida devem migrar para outro país. Estes dados são contundentes e demonstram que para a maioria dos guineenses a emigração é uma alternativa preferida. Cabe, assim, examinar melhor o perfil da metade (48%) da população que deseja com frequência sair do país. Este quadro apresenta informações a respeito.

31 Bordonaro (2009).

32 No total, 40% afirmaram que nunca pensaram em sair do país, e 2% não responderam ou disseram não saber.



A vontade de migrar perpassa diversos territórios e estratos sociais do país. Mas tem um destaque maior em Bissau, entre as pessoas com maiores estudos e os cidadãos do estrato social mais alto. Estes dados dão conta do alto risco de 'fuga de cérebros' da Guiné-Bissau. Há também uma alta proporção de jovens (59%) que desejam sair do país, mas nenhuma diferença percetível de género. Adiciona-se a isto o facto de que as pessoas com maior disposição para reclamar os seus direitos estão entre aqueles que mais cogitam a ideia de emigrar.[33] Trata-se de uma situação em que os que almejam ter mais voz são os mais inclinados a buscar a porta de saída.

Conclusão

Este capítulo ressalta vários pontos importantes sobre a transformação da sociedade guineense nas últimas décadas. Situar esta dinâmica social e territorial no contexto da economia política e seu percurso histórico é fundamental para a boa compreensão deste fenómeno. O modelo de desenvolvimento baseado na extração e exportação de produtos primários, sob um Estado marcado por práticas patrimoniais e clientelistas, acentuou a concentração da riqueza e o poder político na capital do país. A preservação deste modelo económico de herança colonial, a instabilidade crónica do regime político, e a fraqueza histórica do Estado, fizeram da Guiné-Bissau um dos países mais pobres, menos desenvolvidos e mais desiguais do mundo.

[33] A modo de ilustração, segundo o inquérito Vozes do Povo, entre os que pensaram muitas vezes em mudar para outro país, 11% participaram de um ato de protesto no último ano, e 36% teriam participado se tivessem a oportunidade, para alcançar um total de 47% desta população – bem acima da média nacional de 34% neste quesito.

Para analisar estes processos e seus desdobramentos utilizamos a rica base de dados da pesquisa Vozes do Povo. Isto permitiu-nos constatar vários factos sobre a Guiné-Bissau:

- O bem-estar material da população está associado ao acesso à educação, ao emprego mais qualificado, e às remessas do exterior.
- A concentração dos recursos económicos, políticos e educacionais em Bissau tem dificultado o aproveitamento das potencialidades do país, e diminuído o rendimento da população camponesa.
- A transformação do campo religioso nas últimas décadas, com o crescimento do cristianismo e do islamismo, e a menor presença das tradições religiosas africanas, merece um estudo aprofundado.
- A convivência social entre os guineenses é fruto de uma longa e rica tradição camponesa. Mas ela está em processo de mudança com o crescimento urbano, sobretudo em Bissau. Isto tem engendrado uma sociabilidade diferenciada na capital, onde as relações são mais apreensivas, porém mais propensas a adotar valores modernos, incluindo a tolerância à diversidade sexual.
- As condições precárias de vida e frustração com o rumo da nação explicam a alta disposição entre os guineenses em favor da emigração.

Esta investigação salienta a importância de contar com dados empíricos sobre a situação de vida, o pensamento e sentimento do povo guineense. A boa informação e atinada reflexão são fundamentais para o progresso social e o esforço por promover o desenvolvimento democrático.

A Guiné-Bissau é um país novo, em processo de transformação. Ela tem uma história que dá conta do alto espírito ecuménico, talento artístico, habilidades práticas e resiliência da sua população. A tolerância e capacidade de convivência social é certamente um dos trunfos de que goza o país para construir uma nação mais próspera, transparente, justa e livre.

Referências

Barry, Boubacar-Sid, Edward Creppy, e Quentin Wodon (2007). "Cashew Production, Taxation and Poverty in Guinea-Bissau," *Conflict, Livelihoods, and Poverty in Guinea Bissau*, organizado por Boubacar-Sid Barry, Edward Creppy, Estanislao Mário-Gacitúa e Quentin Wodon, World Bank Working Paper 88. Washington, DC: World Bank.

Bordonaro, Lorenzo Ibrahim (2009). "Guinea Bissau Today: The Irrelevance of the State and the Permanence of Change," *African Studies Review*, 52: 1 (setembro), pp. 35-45.

Cardoso, Carlos (1989). "Conflitos interétnicos: Dissolução e reconstrução de unidades políticas nos rios da Guiné e de Cabo Verde (1840-1899)," *Soronda*, Revista de Estudos guineenses. Bissau: INEP, pp. 31-62.

Carter, Miguel (2021). *Vozes do povo: Relatório de mineração e análise de dados. A opinião pública na Guiné-Bissau*. Bissau: DEMOS.

Da Matta, Roberto (1978). *Carnavais, malandros e heróis*. Rio de Janeiro: Zahar Editor.

FAO (2021). "Global Information and Warning System (GIEWS) Country Brief: Guinea-Bissau" (16 março).

Formenti, Ambra (2017). "Rumo a uma fé global: História do movimento evangélico na Guiné-Bissau," *Etnográfica, Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia*, 21: 2, pp. 293-318.

Forrest, Joshua B. (2003). *Lineages of State Fragility: Rural Civil Society in Guinea-Bissau*. Athens, Ohio / Oxford, UK: Ohio University Press e James Currey.

Forrest, Joshua B. (1992). *Guinea-Bissau: Power, Conflict, and Renewal in a West African Nation*. Boulder: Westview Press.

Galli, Rosemary E. e Jocelyn Jones (1987). *Guinea-Bissau: Politics, Economics and Society*. London: Frances Pinter.

Harvey, David (2003). *The New Imperialism*. Oxford: Oxford University Press.

Havik, Philip J. (2016). "Guinea-Bissau's Rural Economy and Society: A Reassessment of Colonial and Postcolonial Dynamics," *Guinea-Bissau: Micro-State to 'Narco-State'*, organizado por Patrick Chabal e Toby Green. London: C. Hurst & Co.

Havik, Philip J., Filipa Monteiro, Silvia Catarino, A. Manuel Correia, Luís Catarino e Maria Manuel Romeiras (2018). "Agro-Economic Transitions in Guinea-Bissau (West Africa): Historical Trends and Current Insights," *Sustainability*, 10: 3408, pp. 1-19.

Hirschman, Albert O. (1970). *Exit, Voice and Loyalty: Responses to Decline in Firms, Organizations and States*. Cambridge: Harvard University Press.

Kohl, Christoph (2018). *A Creole Nation: National Integration in Guinea-Bissau*. New York: Berghahn Books.

Lopes, Carlos (1982). *Etnia, Estado e relações de poder*. Lisboa: Edições 70.

Marx, Karl (1977). *Capital: A Critique of Political Economy*, Volume I, traduzido por Ben Fowkes. New York: Vintage Books.

Mendy, Peter Karibe e Richard A. Lobban Jr. (2013). *Historical Dictionary of the Republic of Guinea-Bissau*, 4a edição. Laham / Toronto / Plymouth, UK: The Scarecrow Press.

Murison, Katherine, organizadora (2002). *Africa South of the Sahara 2003: Regional Surveys of the World*, 32a edição. London: Europa Publications.

ONU Habitat (2019). *Bissau 2030: Plano de Desenvolvimento Sustentável 2030*. Nairobi: ONU Habitat.

Sangreman, Carlos (2019). "A política económica e social na Guiné-Bissau, 1974-2016," *Guiné-Bissau: Notas sobre o presente e o futuro*, organizado por Carlos Sangreman. Lisboa: CESA.

Social Progress Impact (2021). "Social Progress Index." Fonte: www.socialprogress.org

UNCTAD (2021). *Commodities at a Glance: Special Issue on Cashew Nuts*, 14. Geneva: UNCTAD.

UNDP (2020). *Human Development Report 2020. The Next Frontier: Human Development and the Anthropocene*. New York: UNDP.

United Nations University – WIDER (2021). "World Income Inequality Database."
Fonte: www.wider.unu.edu/project/world-income-inequality-database-wiid

World Bank (2021). "World Bank Open Data."
Fonte: https://data.worldbank.org/

World Bank (2020). "Poverty and Equity Brief: Guinea-Bissau" (outubro).

World Population Review (2021). "Gini Coefficient by Country 2021."
Fonte: https://worldpopulationreview.com/country-rankings/gini-coefficient-by-country